

PARA ALÉM DA UNANIMIDADE: MEIO AMBIENTE DE VÁRIOS SIGNIFICADOS E INTERESSES

Maria Cecília Gomes Pereira¹

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio²

Rua Paraguai, 892 – Bairro Industrial – Contagem (MG) – CEP: 32230-360.

Telefone: (31) 3362-3877

mariaceciliagp@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental adquiriu grande repercussão nas últimas décadas, sendo pauta de discussões dos mais diversos atores sociais, desde movimentos ambientalistas, meio acadêmico, governo e setor empresarial. A preocupação com o meio ambiente pode parecer um consenso geral, dada à crise vivenciada pela sociedade. Crise esta principalmente social e ambiental, que coloca em xeque o padrão de desenvolvimento predominante e sua racionalidade subjacente.

A discussão em torno da problemática ambiental envolve a análise da relação da sociedade com a natureza. Relação, na maioria das vezes, marcada por formas de uso e apropriação dos recursos naturais nem um pouco harmoniosas. No modelo de desenvolvimento predominante esta relação se mostra destrutiva para ambas as partes. Tanto que as conseqüências deste modelo levaram a uma reflexão e a busca de uma mudança, que culminaram com a formação de vários movimentos em torno da causa ambiental. Na década de 70, estes movimentos assumiram maior repercussão pública, em função de encontros mundiais para discussão da temática e divulgação de estudos. Um exemplo é o trabalho do Clube de Roma, intitulado de *Os limites do crescimento*, no qual propõem o crescimento econômico zero face à crise ambiental, e a Conferência de Estocolmo em 1972. Toda esta discussão culminou com a formação do conceito de desenvolvimento sustentável, que foi delineado em 1987 no Relatório Brundtland.

¹ Graduanda em Administração – PUC Minas / Unidade Betim

² EAESP/FGV & PUC Minas

O conceito de desenvolvimento sustentável baseia-se em três elementos principais, justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica. O conceito tornou-se uma idéia-força (JACOBI, 1999; RUTKOWSKI, 2006), presente nos mais variados discursos, embora tenha sido alvo de muitas críticas, devido suas limitações e inconsistências. (LAYRARGUES, 1998; MARTÍNEZ ALIER, 1998; JACOBI, 1999; OLIVO E MISOCZKY, 2003; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005; RUTKOWSKI, 2006).

No modelo de desenvolvimento predominante nas mais variadas instâncias da sociedade aparece arraigada a racionalidade economicista, que se mostra inconsistente com a proposta de sustentabilidade ambiental (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005). Os valores sociais atuais refletem padrões de vida altamente insustentáveis, baseados no consumismo exacerbado e nos demais elementos que mantém a ordem capitalista “a todo vapor” e degradam cada vez mais o meio ambiente. Neste contexto a questão que se coloca é como superar a crise socioambiental. Vários caminhos são possíveis e diversos fatores estão inter-relacionados e compõem a complexidade da questão ambiental. Talvez um dos elementos necessários seja a mudança de uma racionalidade economicista para uma ambiental. (LAYRARGUES, 1998; LEFF, 2006).

A busca de uma racionalidade ambiental para estabelecimento de novas relações sociais em todos os âmbitos da sociedade talvez seja condição importante para superação da crise socioambiental. É interessante ressaltar a noção de meio ambiente como algo socialmente construído e do qual as pessoas fazem parte. A noção de meio ambiente, como construção social envolve as representações sociais sobre os problemas ambientais, as diversas concepções, posições e interesses envolvidos. A atual preocupação com o meio ambiente é fruto da forma como ele é percebido. Problemas de degradação ambiental existem há um bom tempo, porém somente nas últimas décadas os problemas socioambientais ganharam *status* na sociedade. (GUIVANT, 2002; NAVES, 2004).

A problemática socioambiental é constituída de vários elementos interligados, na qual a sua superação envolve a busca de uma transformação ambiental e social. Tal transformação demanda a participação da sociedade em um processo que inclui busca de melhores condições de vida, de luta por direitos e por justiça social, dado que a sustentabilidade engloba a inter-relação entre qualidade de vida, equilíbrio ambiental, desenvolvimento com capacidade de suporte e justiça social (JACOBI, 1999). Esta última assume papel importante, dada as imensas desigualdades sociais geradas pelo modelo de desenvolvimento predominante.

Para análise da questão ambiental é necessário compreender como se constroem e se legitimam as relações socioambientais na sociedade. Tais relações ocorrem em todos os

espaços, não se restringem às instâncias de maior poder decisório sobre a questão socioambiental. Muitas vezes, no cotidiano surgem iniciativas que buscam solucionar problemas, que nem sequer são pauta, nem prioridade dos órgãos de maior poder quanto a temática ambiental. Essas iniciativas ocorrem a partir dos conhecimentos e saberes de pessoas que vivem em um contexto, cuja história, potenciais e limites conhecem. Disto podem emergir novas formas de relação com a natureza, de trabalho, de relações sociais, enfim, pode-se configurar novas relações socioambientais. (NAVES, 2004).

O presente trabalho discute a noção de meio ambiente como construção social e aponta os diferentes discursos e significados que envolvem as relações socioambientais, analisando as controvérsias da aparente unanimidade em torno da questão ecológica.

2. MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

A preocupação com o meio ambiente ganhou grande repercussão pública nas últimas décadas, dada à crise ambiental e social enfrentada pela sociedade (CAPRA, 1982; SACHS, 1986; JACOBI, 1999; NAVES, 2004) e a noção de risco advinda desta (BECK, 1997).

Diante deste cenário a sociedade começa a repensar o modelo de desenvolvimento predominante. Para Guimarães (2001) a crise ecológica vivenciada pela sociedade questiona um modelo de desenvolvimento que provocou grande degradação ambiental e muitas desigualdades sociais, definindo-o como “um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (p.51)

A discussão da questão ambiental envolve principalmente a discussão da relação meio ambiente e desenvolvimento. Durante muito tempo, desenvolvimento era considerado sinônimo de crescimento econômico, entretanto autores como Sachs (1986) e Sen (2000), dentre outros colocam que uma concepção coerente de desenvolvimento deve ir muito além da noção de crescimento econômico e acumulação de riquezas. Bem como ressaltam que o Produto Nacional Bruto (PIB) não é capaz de medir vários elementos do desenvolvimento, como o nível de qualidade de vida de populações. Guimarães (2001) observa que há um tipo de “esquizofrenia” quanto à acumulação de riquezas, no qual o crescimento econômico deixa seu papel como meio para o desenvolvimento, para se tornar cada vez mais um fim em si mesmo.

Segundo Guimarães (2001), para que de fato ocorra desenvolvimento é necessário mais que acumulação de riquezas, e sim mudanças qualitativas na qualidade de vida das

pessoas, que englobam os aspectos sociais, culturais, e espirituais, enfim que vão muito além das dimensões mercantis.

De acordo com Sen (2000), desenvolvimento é um processo de ampliação de liberdades substantivas que os indivíduos desfrutam e valorizam. Nesta perspectiva a liberdade é o principal fim do desenvolvimento, bem como principal meio. Assim o desenvolvimento “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (SEN, 2000, p.10)

Nesta perspectiva, a liberdade apresenta dois papéis. Ao aumentar as liberdades individuais substantivas proporciona-se progresso social. Assim, a medida do êxito e progresso de uma sociedade, ou seja, do seu desenvolvimento são as liberdades que os membros desfrutam. O outro papel refere-se à condição de agente dos indivíduos para a realização do desenvolvimento.

A condição de agente ativo de mudança implica na capacidade da pessoa transformar sua vida, influenciar e participar das questões sociais. Assim, a liberdade é um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social, ao proporcionar ao indivíduo o exercício de sua condição de livre agente. A condição de agente é restrita e limitada às oportunidades, assim “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.”(SEN, 2000, p.26).

Sen (2000) em seu estudo examina cinco tipos de liberdade, liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. As liberdades substantivas são interligadas e complementam-se mutuamente, ou seja, elas são inter-relacionadas em um processo que podem fortalecer umas às outras. Assim, como exemplifica Sen (2000), liberdades políticas, na forma de eleições livres, liberdade de expressão e participação, proporcionam segurança econômica. Por sua vez, oportunidades sociais, na forma de serviços de educação e saúde, proporcionam participação econômica.

As liberdades individuais sofrem influência das disposições sociais, econômicas e civis, bem como dos valores sociais e costumes que constituem uma nação e suas disposições. “O exercício da liberdade é mediado por valores que, porém por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação.” (SEN, 2000, p. 24).

Perante a crise ambiental, na qual os ecossistemas estão alcançando seus limites e as desigualdades sociais estão cada vez mais acentuadas a mudança de enfoque do desenvolvimento para uma abordagem mais qualitativa se torna essencial (JACOBI, 1999).

Para Jacobi (1999), o desenvolvimento deve enfatizar aspectos sociais como a redução das desigualdades entre países e dentro destes, bem como deve buscar o uso racional dos recursos naturais. Para tanto, coloca que é necessário uma mudança no padrão predatório de desenvolvimento, onde as alterações nos padrões de consumo são uma de várias medidas a serem tomadas, principalmente pelos países desenvolvidos.

A questão que se coloca é como alcançar de fato um desenvolvimento que preserve a natureza e que seja justo socialmente. Para Guimarães (2001) “incorporar o marco ecológico em nossas decisões econômicas e políticas pode ser, efetivamente, mais que uma aspiração, uma necessidade biológica.” (p.51). Essa busca por uma nova forma de desenvolvimento e organização social da sociedade é permeada por diversas formas de conceber e de interagir com o meio ambiente. Fato que leva ao reconhecimento de variados projetos de sociedade, que possuem matrizes de sustentabilidade distintas, bem como demonstram assimetrias de poder presentes nas relações sociais e políticas (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005).

2.1 Meio ambiente como construção social

A emergência da problemática ambiental fez com que diversos atores assimilassem a questão, como o Estado, ONG's, empresas e movimentos sociais. Esse suposto consenso em torno da questão ambiental envolve diversas concepções, interesses, sentidos e demandas. O atual reconhecimento da crise ambiental retrata a forma como o meio ambiente é percebido, problemas de degradação ambiental já ocorrem a um tempo considerável, no entanto nas últimas décadas essa questão ganhou um *status* na sociedade. Este fato evidencia a noção de meio ambiente como construção social. (NAVES, 2004)

Para Naves (2004), este aparente consenso em torno da questão ambiental é perpassado por disputas de poder para definição dos significados, origens e soluções dos problemas ambientais, bem como pela definição da apropriação dos recursos naturais. Reconhece-se que há um esforço em aproximar o social do ambiental que se reflete no termo socioambiental, mas para uma mudança cultural em torno da questão ecológica se torna fundamental mudanças nas relações de poder e democratização das decisões. Para análise da problemática ambiental é necessário compreender como se constroem e se legitimam as relações socioambientais na sociedade. O predomínio de certas visões fundamenta-se nas relações de poder existentes e nos valores já arraigados na sociedade.

Quanto as diferentes visões predominantes sobre a questão ambiental na sociedade, Portilho (2005) analisa dois deslocamentos do discurso ambiental ao longo do tempo. Até a

década de 70 a crise ambiental era atribuída ao crescimento demográfico, principalmente nos países em desenvolvimento, que geraria uma pressão nos recursos naturais. A partir da Conferência de Estocolmo, os países em desenvolvimento apresentaram o argumento de que os principais causadores da degradação ambiental eram os países desenvolvidos com seus modos de produção altamente poluidores, que demandam um gasto excessivo de recursos naturais. Assim, houve o primeiro deslocamento do discurso da pressão demográfica para os modos de produção. Ocorreu um processo gradual de internalização do novo discurso, que gerou maior cobrança governamental, pressão de movimentos ambientalistas e ainda apropriação do discurso ambiental por empresários.

O segundo deslocamento do discurso ocorreu a partir dos preparativos da Rio 92, no qual ocorreram debates em torno das questões de estilo de vida, práticas de consumo e problemas ambientais. Durante o evento com os documentos produzidos – a Agenda 21, a Declaração do Rio e o Tratado das ONGs – iniciou-se uma análise em torno das conseqüências dos estilos de vida e padrões de consumo, principalmente dos países do Norte. Estes fatos levaram ao segundo deslocamento do discurso dominante, no qual o foco passou dos problemas ambientais causados pela produção para os causados pelo consumo.

Nesta perspectiva dos impactos causados pelo consumo emergiram os conceitos de consumo verde e consumo sustentável. O consumo verde consiste na inserção da variável ambiental na escolha de produtos pelo consumidor. Este é visto como responsável por mudanças nas matrizes energéticas e tecnológicas dos sistemas de produção ao escolher produtos que não agridam ao meio ambiente. O consumo sustentável, por sua vez, destaca o papel do consumidor por meio de suas ações individuais e coletivas como práticas políticas. O consumo sustentável aborda os problemas de acesso, distribuição e justiça na utilização dos recursos naturais. Assim, ao abordar a problemática ambiental deixa-se de analisar apenas como se usa os recursos para abordar também os níveis, ou seja, o quanto se usa. Na perspectiva do consumo sustentável, aponta-se a possibilidade da formação de “consumidores-sujeitos-cidadãos”, que promovam uma nova cultura, fortalecendo a cidadania por meio de práticas de consumo. (PORTILHO, 2005).

Guimarães (2001) aponta um paradoxo no tratamento da questão ambiental. Por um lado todos os atores sociais parecem estar em consenso quanto ao fato do estilo atual de desenvolvimento ser insustentável em termos econômicos, ambientais e principalmente de justiça social. Entretanto, não foram adotadas medidas para a mudança das instituições econômicas e sociais que sustentam o estilo predominante. Usa-se a idéia de sustentabilidade como restrição aos processos de acumulação, no entanto não como mecanismo para enfrentar

os processos político-institucionais que regulam o acesso a recursos, a propriedade e os serviços ambientais. Também não são realizadas ações para mudar o padrão de consumo, principalmente nos países desenvolvidos. Guimarães (2001) coloca que ocorre um “esverdeamento” no estilo atual, sem ocorrer de fato uma transformação social, cita o conceito de conservadorismo dinâmico, que consiste em uma resistência inercial a transformações no sistema social, aceita-se o discurso transformador para assegurar que de fato nada se modifique. Naves (2004) coloca que,

a difusão e a naturalização da idéia de conservação ambiental criam obstáculos para uma discussão crítica sobre os diferentes contextos socioambientais. Ocorre, muitas vezes, uma despolitização do tema ambiental que expressa ainda a visão fragmentada e a polarização entre indivíduo e natureza. Além disso, ao longo do tempo, determinados grupos mantêm sua força adotando estratégias diferentes sobre este mesmo tema, o que lhes permite contribuir para a reprodução de um determinado padrão de funcionamento da sociedade, mantendo a ordem simbólica e política. É assim, por exemplo, que determinados setores produtivos, cujas atividades são muito prejudiciais ao meio ambiente, se organizam com discurso e proposta de “cunho ecológico” para influenciar a política ambiental e setorial e preservar assim os seus interesses. Dessa forma, repetem-se os mesmos grupos, com interesses antigos, mas com nova roupagem na definição das políticas e prioridades do país. (NAVES, 2004, p.125).

Para Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), há uma disseminação da crença de que os conflitos, em torno da questão ambiental, entre segmentos da sociedade podem ser resolvidos por meio da “gestão” do diálogo entre os atores para o alcance do consenso. No entanto, as questões socioambientais são entendidas como problemas técnicos e administrativos, tratadas com ações compensatórias e mitigadoras.

A variável ambiental foi inserida no discurso desenvolvimentista, mas as conseqüências do modelo de desenvolvimento são apresentadas como solucionáveis por meio da tecnologia. Assim, houve uma despolitização do debate ecológico “na medida em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em cheque as instituições da sociedade vigente.” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p.13)

Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), apontam que ocorre o chamado “paradigma da adequação”, que propõe a superação da crise socioambiental sem alterar o modo de produção capitalista, baseia-se na modernização ambiental, e na crença nas soluções tecnológicas. Essa posição leva uma despolitização da questão ambiental, que é incongruente com a noção de sustentabilidade.

Acselrad (2001) coloca que, a questão ambiental tem sido insuficientemente considerada como expressão de luta social e política e mais como restrição de caráter técnico ou como instrumento mercadológico para captar financiamentos ou produzir lucros. Tal fato ocorre devido às distintas construções discursivas que envolvem a questão ambiental, bem como aos diferentes modos de apropriação da natureza, que as lutas socioambientais retratam.

Os recursos naturais estão em constante disputa por distintos projetos, que atribuem sentidos utilitários, bem como sentidos simbólicos ligados as práticas culturais que ultrapassam o campo da produção material. Para Acselrad (2001),

os diferentes grupos socioculturais integram assim o mundo material a seus diferentes projetos, propósitos e sentidos. O espaço é conseqüentemente composto pela superposição dos múltiplos territórios concebidos, desenhados e experimentados pela diversidade de projetos e atores que compõem a trama social. Um desenvolvimento que se queira democrático será, dessa forma, a expressão da diversidade de leituras e projetos cuja consideração confronta-se com o processo de homogeneização social que tem transformado os recursos materiais em mercadorias e subordinado as diferentes formas socioculturais à dinâmica do mercado e do capital. (p.92)

No contexto de aparente consenso, algumas expressões e palavras se tornaram de praxe, como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, sendo adotadas por vários atores sociais. O uso destas palavras para os mais variados fins leva a um verdadeiro esvaziamento semântico, dado que são usadas com conotações muitas vezes distintas. Para Guimarães (2001) por de trás da unanimidade em torno do desenvolvimento sustentável, há atores que apresentam visões diferentes de sustentabilidade.

De acordo com Jacobi (1999), a noção de sustentabilidade implica o envolvimento da sociedade, a participação social em um processo de criação de uma co-responsabilização e de uma consciência ética, além de estabelecer limites às possibilidades de crescimento. Em tal perspectiva não se pode deixar de considerar os aspectos culturais e as relações de poder. No entanto, algumas limitações para o alcance da sustentabilidade devem ser superadas. Estas estão ligadas à baixa consciência da sociedade quanto ao padrão predatório de desenvolvimento e as conseqüências que este gera. Tal fato ocorre devido aos valores adotados pela sociedade, na qual as instituições sociais e os sistemas de informação e comunicação assumem um papel de grande influência.

Jacobi (1999) coloca que para reverter este quadro e possibilitar a criação de valores éticos individuais e coletivos é necessário que ocorram transformações institucionais, amplo acesso a informações e adoção de práticas de educação ambiental, dentre outras ações que

estimulem a participação social. De modo que no exercício da cidadania os atores possam identificar problemas e construir socialmente objetivos e soluções. Nesse processo é necessário facilitar o acesso e a disseminação de informações. Para tanto, as instituições sociais devem adotar uma gestão transparente e práticas centradas na educação ambiental. Para de fato alcançar a sustentabilidade é de fundamental importância que a sociedade crie valores éticos e possa questionar o atual modelo, assumindo uma postura de corresponsabilidade (JACOBI, 1999).

Para Guivant (2001), sustentabilidade envolve a discussão do que vai ser sustentado, por quanto tempo, para benefício de quem e a que custo. Desta forma, as definições de sustentabilidade são formuladas no tempo e local, uma vez que as condições mudam, bem como o significado atribuído a sustentabilidade, que é essencialmente um processo de aprendizagem construído socialmente.

2.2 Relações socioambientais e participação social

A discussão quanto ao meio ambiente envolve diversas dimensões como, social, econômica, cultural e política, bem como está imbricada a noção de desenvolvimento. Para Sachs (1986, p.10) “o ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão”.

A busca de um desenvolvimento que preserve o meio ambiente e seja justo socialmente, engloba a “dimensão política” (DEMO, 2006). A questão ambiental está interligada à social, ao combate a pobreza e as desigualdades, que são um dos elementos enfatizados no conceito de desenvolvimento sustentável. Embora, este conceito coloque, de forma contraditória, a necessidade do crescimento econômico como premissa para superação de tais problemas (MARTÍNEZ ALIER, 1998; LAYRARGUES, 1998; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005; RUTKOWSKI, 2006). Para Demo (2006) a pobreza mais intensa e pior, que existe é a pobreza política. A pobreza não é apenas carência material, mas repressão ao acesso a oportunidades, bem como é marginalização e manipulação. Demo coloca que,

quem é politicamente pobre não é cidadão, porque não se organiza politicamente para poder impor mudanças; primeiro, não constrói consciência crítica adequada, porque, em geral, não sabe pensar; segundo, não chega a perceber a importância do associativismo, para potencializar as forças e conseguir volume e pressão; terceiro, não concebe, nem impõe alternativas, porque ainda não se constituiu sujeito capaz de história própria [...] (DEMO, 2006, p.33)

O contrário de pobreza política é “a qualidade política”, que consiste na dinâmica da cidadania individual e coletiva. Envolve capacidade de construção de uma consciência crítica e histórica, organização política para a emergência de sujeitos agentes de sua história e de um projeto alternativo de sociedade. (DEMO, 2006)

Demo (2006) argumenta que a politicidade permite que o indivíduo dentro das circunstâncias dadas seja agente do seu destino e construa uma autonomia relativa possível. Permite a formação de sujeitos críticos e criativos que construam cidadanias organizadas e influentes.

Para superação da pobreza e das desigualdades sociais o indivíduo deve ser agente do processo de mudança e da construção do seu destino (DEMO, 2006). Guivant (2002) coloca que, as avaliações de projetos de desenvolvimento apontam que a participação das populações alvo é um fator crítico de sucesso.

Nesta perspectiva, se insere a participação social, sendo hoje uma das palavras chaves de agências de desenvolvimento, ONG's, governos, partidos e órgãos internacionais, os mais diversos atores sociais aderiram ao discurso da participação (CARVALHO, 1998; GUIVANT, 2002). O suposto consenso em torno da participação está associado e correlacionado ao conceito de sustentabilidade (GUIVANT, 2002).

Sem pretender discorrer sobre as distintas formas de participação social, suas potencialidades e limites, coloca-se tal conceito nessa discussão como um elemento considerável para a noção de sustentabilidade.

Carvalho (1998) aponta que, a participação popular existe, sempre que há grupos sociais excluídos que se manifestam e cobram por políticas governamentais. Sendo as mobilizações e movimentos sociais formas de participação popular, que se distinguem pelas causas que reivindicam, pela trajetória histórica e política, bem como pelas variações na abertura com governantes, em termos de diálogo e negociações existentes.

A participação justifica-se como forma de estender o controle sobre o Estado, para desenvolver capacidades locais de auto-desenvolvimento, capacidade decisória das comunidades, e para mobilizá-las (GUIVANT, 2002). A participação social pode ocorrer por canais institucionais, como conselhos gestores, orçamento participativo e parcerias entre Estado e sociedade, ou por canais não institucionais como os fóruns de iniciativa civil, o Movimento dos Sem Terra – MST, a Pastoral da Criança, entre outros. Estas últimas são formas de participação que incidem sobre as políticas públicas, embora não se voltem para a co-gestão. Geram mudanças na agenda pública ao lutarem por questões relevantes, como reforma agrária e segurança alimentar (CARVALHO, 1998).

As práticas de participação envolvem limites e potencialidades, como coloca Carvalho (1998, p. 12) “[...] até que ponto a participação social melhora efetivamente as condições de vida da população, em que medida efetivamente democratiza a política, até que ponto fortalece o tecido social”. Entre as limitações e desafios da participação social Carvalho (1998) cita a assimetria de poder existente e de conhecimento técnico e político, nos canais institucionais, entre representantes populares e técnicos, bem como o baixo nível de inovação e transformação social destes canais.

Nesta perspectiva, esse tipo de participação por canais institucionais muitas vezes implica em ameaça de cooptação e institucionalização burocrática dos movimentos sociais, em decorrência da contaminação com a racionalidade estatal, bem como perda da vitalidade revolucionária e de afastamento das lideranças, das demandas e dinâmica social das bases. (CARVALHO, 1998)

A mobilização social para a construção de novas relações socioambientais, que incluam a variável ecológica em todos os âmbitos da sociedade, envolve entre outros fatores mudanças de valores individuais e coletivos, bem como transformação social. Tal processo é gradual e lento, ocorre por meio de complexas inter-relações sociais, nas quais a mudança é construída aos poucos. Para tanto, se faz necessário entre outros elementos mudanças nas relações de poder e participação popular em questões socioambientais, de modo que propicie uma democratização das decisões ao incorporar os indivíduos diretamente envolvidos com as questões socioambientais de um determinado local. (NAVES, 2004).

A cidadania é condição para um novo modelo de desenvolvimento. Cidadania, participação, combate as desigualdades sociais, todos estes elementos compõem a complexidade da questão ambiental, uma vez que meio ambiente representa a base material e simbólica das condições de vida e trabalho das populações (ACSELRAD, 2001).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental é perpassada por diversos significados e atores, com projetos distintos de sociedade. A compreensão dos processos de legitimação das relações socioambientais, implica a noção de meio ambiente como construção social (GUIVANT, 2002; NAVES, 2004).

O aparente consenso que envolve a questão ambiental, na realidade pode envolver interesses distintos, marcados por relações de poder assimétricas. A questão ecológica está imersa em uma complexidade, na qual diversos fatores estão interligados. A busca pela

compreensão das questões socioambientais deve ir além do discurso da unanimidade, como bem coloca Carlos Drummond de Andrade, "a unanimidade comporta uma parcela de entusiasmo, uma de conveniência e uma de desinformação". Assim, a compreensão da questão ambiental deve considerar os diversos atores envolvidos, suas representações sociais, seus projetos de sociedade, as relações de poder, e os significados atribuídos à natureza.

O meio ambiente está presente em todas as dimensões da sociedade, seja política, social, econômica ou cultural. No entanto, tal consideração em todos os âmbitos de decisão e ações na sociedade envolve valores, percepções, e interesses. A crise ambiental presente e a relevância que esta assumiu, coloca a humanidade para repensar o modelo de sociedade adotado e suas conseqüências, principalmente sociais.

A busca de uma sociedade justa socialmente e ambientalmente sustentável inclui mudanças nas relações de poder e participação social, na formação de novos valores e relações sociais (JACOBI, 1999; ACSELRAD, 2001). A construção de um projeto de sociedade sustentável e inclusiva engloba justiça social e cidadania para todos. Essa configuração de sociedade desejável envolve muitos desafios, discussões e análises. Enfim, há muitos elementos a serem compreendidos e debatidos nesse processo de construção social.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade**: Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva** : política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982. 447p

CARVALHO, M. C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. In: Polis Papers, n. 2. 1998.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade**: Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

GUIVANT, Julia S. Sustentabilidade e Métodos Participativos: Os Riscos dos Pressupostos Realistas. **Anais do Congresso Mundial da International Sociological Association**, Brisbane, Austrália, julho de 2002.

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. P.175-183 In **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo, 1999. 400p. Edição comemorativa dos 30 anos do Cepam. Disponível em <<http://www.cepam.sp.gov.br/v11/cepam30anos/pdf/Cap%203/Cap%203.pdf>> Acesso em 21 de out. 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998. 402p.

NAVES, Flávia Luciana. Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 6, n. 2, p.121-133, jul./dez. 2004.

OLIVO, Vânia Maria Fighera; MISOCZKY, Maria Ceci. As estratégias discursivas presentes na origem do referencial para o desenvolvimento sustentável: uma análise crítica do Relatório de Brundtland. In: XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração, 2003, Atibaia. **Anais do XXVII ENANPAD**. Atibaia: ANPAD, p.1-15, 2003.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE**, São Paulo, v. 3, n. 3, p.01-12, Edição Temática, 2005. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>. Acesso em: 05 mar. 2008.

RUTKOWSKI, Jacqueline. Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária: um outro mundo é possível. In: VI Congresso OIUDSMA - Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente: Desafios da Ciência em Ação, 2006, Curitiba. **Anais do VI Congresso da Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, 2006. p. 01 - 13.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B.. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.